



RELICI

NUANCES DO DESMONTE INSTITUCIONAL DO CINEMA BRASILEIRO PELA POLÍTICA BOLSONARISTA¹

*NUANCES OF BRAZILIAN CINEMA'S INSTITUTIONAL DISMANTLING BY
BOLSONARO'S ADMINISTRATION*

Ingrid Gabriela Vieira de Moraes²

Marcia Oliveira³

Leonardo Esteves⁴

RESUMO

A pesquisa analisa e expõe os desdobramentos das políticas adotadas para o setor audiovisual brasileiro ao longo dos três primeiros anos de gestão de Jair Bolsonaro. A partir de informações noticiadas em jornais e plataformas digitais, realiza um levantamento em torno das ações empreendidas no Centro Técnico Audiovisual (CTAv), na Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e na Cinemateca Brasileira (CB). Conclui que, em decorrência da postura ideológica conservadora do governo, as instituições da cultura sofreram com medidas arbitrárias que deliberadamente provocaram sua paralisia.

Palavras-chave: cinema brasileiro, governo Bolsonaro, instituições públicas.

ABSTRACT

The research analyzes and exposes the consequences of the policies adopted for the Brazilian audiovisual sector during the first three years of Jair Bolsonaro's administration. Based on information published in newspapers and digital platforms, it implements a survey on the actions taken at the Audiovisual Technical Center (CTAv), at the National Cinema Agency (ANCINE) and at the Cinemateca Brasileira (CB). It

¹ Recebido em 15/02/2022. Aprovado em 17/02/2022.

² Universidade Federal do Mato Grosso. psingridmoraes@gmail.com.

³ Universidade Federal do Mato Grosso. arciaco180@gmail.com.

⁴ Universidade Federal de Mato Grosso. leonardogesteves@gmail.com



RELICI

concludes that, as a result of the government's conservative ideological stance, cultural institutions suffered from arbitrary measures that deliberately caused their paralysis.

Keywords: Brazilian cinema, Bolsonaro government, public institutions.

INTRODUÇÃO

A instabilidade política da última década no Brasil, colocada em relevo pelos protestos de junho de 2013, irá culminar na ascensão do bolsonarismo em 2018, caracterizando a chamada "onda conservadora na América Latina". Em escala global, a eleição de governantes alinhados à extrema-direita é associada ao fortalecimento de partidos conservadores na Europa e nos Estados Unidos. Ao passo que tais reviravoltas se intensificaram no território brasileiro, foram observadas também crises de diferentes ordens: “implicações jurídicas (na medida em que está em jogo o pacto democrático consagrado na Constituição de 1988) [...] e culturais (posto que o jogo de forças tem levado a choques identitários, de valores e comportamentos)” (ALMEIDA, 2019, p. 187). Nesse contexto, a partir de discursos retóricos anticomunistas e anticorrupção, alinhados à apropriação de pautas de eleitores e base parlamentar religiosos, Jair Bolsonaro tomou posse em 2019.

No período que antecedeu a presidência, o político atuou por 27 anos como deputado federal no Rio de Janeiro. Neste ínterim, defendeu pautas como os direitos de militares, a redução da maioria penal, o direito à “legítima defesa” e à posse de armas de fogo (BRASIL, s.d.). Em 2014, projetos de lei apresentados por seus filhos e companheiros políticos, Carlos e Eduardo Bolsonaro, impulsionaram o Movimento Escola Sem Partido – criado em 2004 com o objetivo de combater uma suposta doutrinação ideológica de esquerda nas salas de aula (SALDAÑA, 2018). Durante a campanha presidencial, declarou suporte aos ideais do movimento apoiado na



RELICI

72

incitação de pânico moral⁵. Em afrontas direcionadas ao seu concorrente petista, Fernando Haddad, Bolsonaro fez publicações em suas redes sociais com acusações infundadas sobre a distribuição de um “kit gay” e de um livro de ensinamentos sobre sexo para crianças na escola. Tais discursos objetivavam relacionar iniciativas de promoção de igualdade de gênero e orientação sexual à desestruturação dos valores tradicionais da família.

De acordo com Barroco (2015, p. 631), “a ofensiva (neo)conservadora atinge diferentes dimensões da realidade, contando com grande chance de incorporação por atividades sociais que prescindem da razão em decorrência da crença em dogmas, a exemplo das religiões”. Essa tendência à irracionalidade guiou diversas ações do governante. Dentre elas, a negação da ciência e das indicações para o controle da pandemia de coronavírus resultou no desastre mais expressivo de sua gestão. Em vídeo divulgado em 2021, o capitão reformado compactua com a sugestão de um apoiador que indica como exemplar o modelo educacional adotado por Adolf Hitler. O comentário idealiza a retomada de medidas de “conscientização” moral e cívica logo nos primeiros anos do ensino básico. Sem criticar a apologia feita e admitindo interesse pela aplicação de manobras dessa natureza, o presidente apenas justificou ter sido impedido pelo Ministério da Educação (CATRACA LIVRE, 2021).

O episódio acima não foi o primeiro em que o governo bolsonarista assumiu referências nazistas em seu repertório. O quarto secretário da Cultura de Bolsonaro, Roberto Alvim, foi exonerado por pressão popular, em janeiro de 2020, após parafrasear Joseph Goebbels — o ministro da Propaganda de Hitler. Em vídeo, o ex-secretário cita trecho inspirado em um pronunciamento que se assemelhava às projeções do governo para a produção artística brasileira nesta década. Ainda que as

⁵ Cunhado em 1972 pelo sociólogo Stanley Cohen (1942-2013), [...] é um conceito que define uma reação baseada na percepção falsa de que o comportamento de um determinado grupo, em geral minorias, é perigoso e representa uma ameaça para a sociedade (COHEN, 1972 apud SALDAÑA, 2018).



RELICI

manifestações mais diretas de condescendência ao nazismo sejam oficialmente reprovadas no discurso político do governo Bolsonaro, há diversas evidências do afastamento e da crítica às instituições democráticas pelos representantes.

Um relatório divulgado pelo Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA) revelou que, com a posse de Jair Bolsonaro, o Brasil foi o país a apresentar o maior declínio no funcionamento adequado do regime democrático — com uma piora em oito dos dezesseis indicadores (IDEA, 2021, p. 21). O documento cita as ocasiões em que o presidente questionou a lisura das eleições e ameaçou desrespeitar as decisões do Supremo Tribunal Federal. Pela postura autoritária do governante, os órgãos de cultura — já alvos constantes de políticas que geraram instabilidades nos últimos anos — tornaram-se reféns dos propósitos ideológicos aspirados para sua gestão. Já no primeiro ano de seu comando a cultura sofreu com a retirada do patrocínio de estatais e censura de espetáculos com temas políticos e questões de gênero: “Numa cruzada moralista o governo suspendeu edital que contemplava série LGBT, condenou ‘Bruna Surfistinha’ e defendeu a aplicação de ‘filtros’ sobre os projetos” (ARAGÃO, 2019).

Tendo em vista toda a conjuntura sócio-política enunciada, é pertinente uma análise que não se contenha apenas a expor a retórica bolsonarista, mas compreenda seus desdobramentos práticos e como estes impactaram os órgãos culturais. Assim, o presente artigo se debruça sobre medidas adotadas para o audiovisual brasileiro — desde o empossamento do presidente até o último mês de 2021, fase que concentra os três primeiros anos do governo e antecede o período eleitoral (sobre o qual é visada uma reeleição). Estas medidas revelam as inclinações do governo à paralisia das atividades do setor e suas pretensões para instrumentalizar órgãos em benefício de um projeto político conservador. É, portanto, tarefa dessa pesquisa fazer um levantamento das ações destinadas pela administração atual ao Centro Técnico Audiovisual (CTAv), à Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e à Cinemateca



RELICI

74

Brasileira (CB). Os três órgãos são referências e têm diferentes funções na cadeia produtiva, compreendendo desde apoio e fomento, à regulação e preservação do audiovisual no país.

O CTAV: ESTABILIDADE NA INSTABILIDADE

O Centro Técnico Audiovisual (CTAv) é a única instituição criada pela Embrafilme que permanece em atividade até os dias de hoje. Sua trajetória ao longo do tempo, um trânsito entre órgãos que nascem e morrem em um período relativamente curto, de aproximadamente 35 anos, exprime a fragilidade da história institucional do cinema brasileiro. Atualmente, o CTAv está subordinado ao Ministério do Turismo, mas há pouco tempo, já no período Bolsonaro, esteve lotado no Ministério da Cidadania. Em seu quadro atual, conta, conforme listado no site da instituição, com 59 funcionários, entre servidores e terceirizados.

O projeto inicial, uma parceria firmada entre a Embrafilme e o National Film Board canadense, previa um contexto alinhado às intenções do finado Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), primeira iniciativa oficial entre o governo e o cinema brasileiro, nos anos 1930. O CTAv estaria ligado à Diretoria de Operações Não-Comerciais (DONAC/EMBRAFILME), fortalecendo um sentido cultural, e não exatamente direcionado a questões mercadológicas. A DONAC era um setor responsável pela distribuição de cópias para cineclubes, publicação de livros sobre cinema, produção de filmes educativos e apoio a cinematecas. Quando da criação do CTAV, a DONAC era coordenada por Carlos Augusto Calil, que pretendia na parceria com o National Film Board estabelecer um acordo de renovação tecnológica com ênfase na animação. Técnicos foram para o Canadá fazer cursos de capacitação, habilitando o desenvolvimento de uma mão de obra especializada e sintonizada com o panorama internacional. Já a construção da sede, na Avenida Brasil, no Rio de Janeiro, foi supervisionada por técnicos canadenses. No site do CTAv é possível



RELICI

acessar a reprodução de trechos do acordo entre Embrafilme e o National Film Board que resumem bem o escopo da instituição:

Apoiar o desenvolvimento da produção cinematográfica nacional, dando prioridade ao realizador independente de filmes de curta, média e, eventualmente, longa-metragem; estimular o aprimoramento da produção de filmes de animação e curta metragem; (...) promover a implantação de medidas voltadas à formação, capacitação e aperfeiçoamento de pessoal técnico necessário à atividade cinematográfica; (...) atuar como órgão difusor de tecnologia cinematográfica para núcleos regionais de produção e apoiar o surgimento deles (CTAV, 2021).

É preciso observar que essas metas se mantiveram ao longo do tempo. Em relação ao último trecho do acordo, pode-se destacar a participação do CTAV no recente Núcleo de Produção Digital (NPD), que nada mais faz do que difundir “tecnologia cinematográfica para núcleos regionais de produção”. O NPD consiste no envio de equipamentos de filmagem e edição em tecnologia digital (câmeras, gravadores de som, computadores com softwares específicos) para fundações e autarquias públicas. O projeto também prevê o repasse de verbas para a realização de cursos e oficinas de audiovisual. Entre os diversos polos distribuídos em inúmeras regiões do país, estão em atividade representações do NPD na Universidade Federal de Mato Grosso (campus Araguaia) e na Universidade Federal do Tocantins.

Se as metas permanecerem estáveis, elas se chocam com a instabilidade do trânsito institucional percorrido pelo CTAV ao longo do tempo. Pode-se constatar o primeiro deslocamento já nos anos 1980. Em 1987, com o enfraquecimento da Embrafilme, é transferido para a então recém-criada Fundação do Cinema Brasileiro (FCB), que passa a administrar os projetos remanescentes da DONAC. A fundação dura pouco, não sobrevivendo ao desmanche da cena cultural colocado em prática pelo governo Collor. Nesta administração é criado o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC), responsável por absorver as entidades e projetos que vigoravam antes do encerramento de muitos órgãos pela administração do período. Em 1994, a FUNARTE, também extinta por Collor, mas retomada em 1992 com a direção de



RELICI

Ferreira Gullar, incorpora o IBAC. Neste processo, o corpo técnico da FCB é absorvido pelo departamento de cinema e vídeo da Funarte, passando a se chamar Decine-CTAv, sigla que irá acompanhar a instituição por cerca de uma década.

Já em 2003, no primeiro governo Lula, o CTAv é transferido da FUNARTE para a Secretaria do Audiovisual, em período no qual o hoje extinto Ministério da Cultura passava por uma significativa reestruturação. Na ocasião o centro ganha um investimento milionário para reformas e aquisição de equipamentos mais modernos. A repaginada inclui ainda a retomada de diálogo com o National Film Board, que havia cessado desde os anos 1990. Na coordenação de Gustavo Dahl, um novo prédio para depósito de matrizes é construído e a revista *Filme cultura*, importante publicação criada nos anos 1960 pelo Instituto Nacional do Cinema, volta a circular, produzindo 14 números entre 2010 e 2018.

Já durante o período Bolsonaro o CTAv ganha destaque na imprensa devido à nomeação de Edianne Paulo de Abreu, dentista e candidata a deputada federal pelo PSL (então partido do governista), para a coordenação da instituição. Edianne, que até então não tinha nenhuma experiência com audiovisual no currículo, é próxima ao Secretário Especial da Cultura, o ator Mario Frias. Em resposta à nomeação, e também à crise na Cinemateca Brasileira, 18 entidades ligadas ao audiovisual redigem uma carta aberta criticando a escolha de Edianne. O argumento principal discorre sobre a falta de qualificação: o CTAv não poderia ser “comandado por uma profissional sem conhecimento e preparo técnicos específicos para gerir um órgão com tamanha complexidade e importância” (O GLOBO, 2020b). No mês seguinte, a 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro anula a nomeação alegando que “perfil profissional e formação acadêmica são flagrantemente incompatíveis com o cargo para o qual foi indicada, em evidente afronta ao art. 2º do mesmo decreto, pois é graduada em odontologia, concluída em 2009” (O GLOBO, 2020). A anulação, entretanto, é contestada: Edianne recorre da decisão e segue no cargo até maio de



RELICI

2021. Após expirar o prazo para todos os recursos, se vê obrigada a deixar o CTAv quando da publicação da Portaria que, por fim, torna sem efeito sua nomeação (BRASIL, 2021).

No período em que esteve à frente do CTAv, a então coordenadora tomou uma decisão nada favorável para a manutenção do órgão: exonerou 11 funcionários terceirizados do acervo, deixando o setor praticamente estacionado – medida similar à praticada na Cinemateca Brasileira. Ainda privou o acesso dos funcionários ao prédio novo que abriga boa parte do material sensível guardado pela instituição.

Antes de assumir a coordenação do CTAv, a dentista tentou se candidatar como vereadora pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) como “Edianne do Romário” (fora cabo eleitoral, secretária e assessora do ex-jogador). Em seguida, foi Secretária de Saúde do Estado do Rio de Janeiro. Já aliada a Bolsonaro, tentou sem sucesso a Câmara Federal pelo Partido Social Liberal e, mais tarde, trabalhou para o gabinete do deputado Daniel Silveira, preso em fevereiro de 2021 após a publicação de vídeo no qual faz apologia ao AI-5 e ataca ministros do STF.

Nas redes sociais, “o único filme nacional curtido por Edianne, no entanto, é *Até que a sorte nos separe*, grande sucesso comercial estrelado por Leandro Hassum” – uma proposta completamente fora do escopo de uma instituição como o CTAv. Como se vê, sua escolha para a coordenação da instituição não obedece a critérios minimamente razoáveis, designando para o cargo uma personalidade desqualificada, sem conhecimentos técnicos para gerir um órgão voltado para a produção e preservação do cinema brasileiro.

Em outubro de 2021, e já próximo à conclusão deste texto, voltam a circular matérias na imprensa sobre o CTAv, destacando o estágio deplorável das instalações. Em uma delas é informado que gatos e ratos estariam caindo do teto, como relatado por um servidor que optou por permanecer anônimo:



RELICI

78

No dia a dia, acontecem coisas surreais. O teto, que é feito com placas de isopor e fibras de vidro, está cheio de ratos. Como não há laje, de repente cai um rato dentro de alguma sala. Já caiu até gato (...) A situação é bem precária mesmo. A gente ri porque tudo isso parece até cômico. Mas é algo muito complicado (CUNHA, 2021).

As reportagens destacam a falta de atenção do governo Bolsonaro aos laudos técnicos entregues em agosto e que apontavam para a necessidade de um “isolamento imediato” com risco de incêndio que danificaria não só as estruturas como o acervo depositado na instituição (BERGAMO, 2011). Como medida para resolver o impasse, a Secretaria Especial de Cultura contratou sem licitação e no valor de R\$ 3,6 milhões uma empresa na Paraíba. Esta, por sua vez, não possui sede e tampouco funcionários declarados; sua proprietária, Danielle Nunes de Araújo, recebeu por oito meses os benefícios do auxílio emergencial oferecido durante a pandemia da Covid-19. Procurada pelo jornal *O Globo*, Danielle demonstrou não saber muitos detalhes sobre o trabalho a ser feito no CTAv, informando apenas que seria para “demolir e reconstruir um prédio lá no Rio” (CAMPOREZ, 2021).

O DESMANCHE DISSIMULADO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE)

A Agência Nacional do Cinema (ANCINE) foi criada durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, precisamente em 06 de setembro de 2001, por meio da Medida Provisória nº 2.228-1. Conforme texto da MP, a ANCINE é “órgão de fomento, regulação e fiscalização da indústria cinematográfica e videofonográfica, dotada de autonomia administrativa e financeira”. O fato de concentrar essas três funções tem sido central nas controvérsias que rondam a atuação da autarquia. Tradicionalmente, as agências autárquicas criadas para a função de fiscalização e regulação de uma área não acumulam o papel de fomentá-la.

Os objetivos e competências do órgão estão descritos nos artigos sexto e sétimo da MP, respectivamente. E repousam no rol de suas 23 competências o que



RELICI

79

os críticos à agência consideram uma deformação em sua natureza. Desde que foi empossado, o Presidente Jair Bolsonaro integra oficialmente o grupo dos opositores da ANCINE e de modo recorrente professa ameaças à lotação, ao funcionamento e até mesmo à existência da agência. Os ataques da presidência ao órgão englobam argumentos variados e sustentados por fontes também diversas, muitas das vezes escusas. Por exemplo, em uma das ocasiões em que externou seu desejo de extinguir a agência, se não pudesse interferir nos conteúdos que ela fomenta, o fez fundamentado por uma publicação da rede social da editora Estudos Nacionais, mantida pelo jornalista olavista Cristian Derosa. Nesta manifestação em rede social, o jornalista elencava filmes que deveriam ter sido alvo da censura, em detrimento do incentivo. Derosa é apoiador declarado do governo Bolsonaro e seu distanciamento da cinefilia equivale a sua ignorância acerca do mercado cinematográfico. O Presidente também não hesitou em prosseguir com a campanha de desmoralização da ANCINE quando o Tribunal de Contas da União (TCU) reprovou o modelo de prestação de contas da agência e a fiscalização ganhou visibilidade e repercussão negativa na imprensa; Bolsonaro outra vez encontrou lugar para condenar o tipo de conteúdo que vinha sendo fomentado com o dinheiro público. Insistiu abertamente que “filtros” (BRANT; URIBE, 2019, p. 43) deveriam ser aplicados aos filmes incentivados pelos cofres públicos a fim de barrar obras que não comungassem dos valores da família tradicional brasileira; e em momento algum foi propositivo a respeito da continuidade das atividades do setor que estavam paralisadas por empasses – teoricamente - burocráticos. Quanto ao modelo de prestação de contas adotado pela ANCINE, cumpre assinalar que ele foi aprovado pela CGU, via Decreto 8.281 de 01 de julho de 2014.

A postura incendiária do presidente sobre os temas que importam para o cinema e o audiovisual nacional corrobora para o entendimento de que a paralisa da ANCINE tem sido fundamentalmente uma questão de vontade política. Ainda que o



RELICI

80

governo Bolsonaro não esconda que enxerga a cultura de modo homogêneo e como adversária ao seu projeto para o país, sua eleição para o mais alto cargo do poder executivo não lhe confere autoridade para o descumprimento da lei. Ainda que isso esteja ocorrendo, é salutar pontuar que diversas frentes de ações vêm se formando para conter o acúmulo de ilegalidades perpetrados contra a cultura nacional. A título de exemplo, mencionamos a comissão de cultura da Câmara de Deputados que está em fase avançada de um trabalho que contempla o mapeamento de uma miríade de crimes e irregularidades praticadas pelo poder executivo; e outra frente em que se tem em curso uma série de medidas, inclusive judiciais, que intentam restringir os desmandos deliberados do Governo.

A cultura é direito expressamente previsto e protegido pela Constituição Federal. E o mesmo instituto legal determina que a formulação de políticas públicas que preservem esse direito compete ao Estado. O legislador atribuiu essa competência ao Estado para assegurar que o direito não fosse, por exemplo, obstruído por motivações transitórias, como as que são passíveis de derivar da alternância de governos - própria de uma democracia. O Governo, ainda que responsável pela formulação e execução de políticas públicas, é um elemento transitório no jogo democrático e não por acaso ele está sujeito a uma diretriz hierarquicamente maior e mais estável que é o bem comum. E o governo Bolsonaro não é exceção à subordinação ao interesse público. Ocorre que, por estratégia governamental, essa gestão recorreu à via da inércia e protelamento, furtando-se de formular uma política cultural propriamente; a medida de ajuste dessa conduta omissiva, via de regra, vem dependendo da judicialização e esse caminho é lento quando se convive com um governo autoritário, uma vez que a maioria de suas ações, nas mais diversas searas, extrapolam os limites legais. Temos portanto um cenário em que o poder legislativo e o judiciário estão sobrecarregados pelas funções de fiscalizar e julgar o executivo.



RELICI

Desta conjuntura decorre também a paralisia que atinge o tripé institucional do cinema e audiovisual do país: Conselho Superior de Cinema, Secretaria do Audiovisual e Agência Nacional de Cinema. O presidente executivo da Brasil Audiovisual Independente (BRAVI), Mauro Garcia, em sua fala para a Comissão de Cultura, em abril de 2021, denunciou que o Conselho Superior de Cinema está com a composição vencida desde Dezembro de 2020; que a Agência Nacional de Cinema não apresentou proposta de cota de tela em 2020, o que resultou na desobrigação das empresas exibidoras de incluir obras cinematográficas brasileiras de longa-metragem em suas programações durante todo o ano de 2021; e que não houve instalação do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual, inexistindo também qualquer decisão sobre o plano anual de investimento (PAI), desde 2019, apesar da previsão orçamentária.

Dentre as anomalias que orbitam a Ancine, a mais grave e nociva para sociedade tem sido sua subordinação ao modus operandi do governo Bolsonaro. A agência de Estado é um órgão autônomo e vinculado originalmente ao Ministério da Cultura; é importante pontuar que aos olhos da lei, vinculação não pressupõe subordinação. Ocorre que em razão da extinção do Ministério da Cultura pelo Governo Bolsonaro, a ANCINE foi, inusitadamente, subordinada à Secretaria Especial de Cultura. Essa subordinação anormal é também alvo da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. Em cinco de abril do corrente ano, o então presidente interino da Ancine, Alex Braga, foi convidado para uma Audiência Pública que tinha como tema "Ancine: Políticas de apoio à produção de audiovisual e cinema". Braga usou a condição provisória no exercício do cargo como um dos pretextos para a sua ausência e informou ainda que a "representação da agência havia sido avocada" pelo Secretário Especial de Cultura. A fala do Presidente interino, reproduzida pela presidente da Comissão de Cultura, a Deputada Alice Portugal, revela grave sujeição da Agência a



RELICI

desmandos políticos e deslinda o propósito de desarticular e desmontar o cinema e o audiovisual nacional pelo caminho da asfixia.

Em condições normais a ANCINE opera com um Diretor-presidente e três diretores-titulares, mas a interinidade dentro do órgão tem sido a regra durante o governo Bolsonaro, que chegou a deixar a Agência sem presidência em maio de 2021, ocasião em que Mauro Gonçalves de Souza despachou como Diretor-presidente Substituto sem ter sido oficialmente nomeado para o cargo. Com toda essa instabilidade a agência enfrenta dificuldades para construir o próprio planejamento. Isso se dá também porque, em paralelo à omissão calculada do Governo, ela enfrenta o desafio de ajustar o modelo de prestação de contas adotado desde 2014, conforme orientado pelo TCU. Tal quadro demandou uma reorientação de parte significativa do contingente de servidores para essa área.

Foi apenas em 22 de julho de 2021 que houve a publicação da nomeação de Alex Braga para exercício do cargo de Diretor-Presidente da ANCINE. O instrumento apontava o início do mandato para 20 de outubro de 2021 e o término em 19 de outubro de 2026. Braga, por sua vez, é réu na Justiça Federal por improbidade administrativa, acusação que lhe recaiu por sua atuação na interinidade da ANCINE nos últimos dois anos. A motivação formal da sua nomeação foi o término do mandato de Christian de Castro de Oliveira, que renunciou ao cargo depois de dois anos afastado por complicações judiciais correlatas ao exercício do cargo público na Agência.

Já em outubro de 2021, com a diretoria recomposta, a ANCINE tem pela primeira vez um quadro diretor composto por três servidores de carreira. Recentemente as ações da diretoria têm sido pautadas em notícias que dão conta da sua participação em Grupos de Trabalhos do governo em que se propõe, entre outras coisas, a extinção da cota de conteúdo nacional da TV paga e a transferência das competências regulatórias da ANCINE para a Agência Nacional de Telecomunicações



RELICI

83

(ANATEL). A contribuição da diretoria ao GT está envolta em polêmicas, particularmente, pela natureza sigilosa, que deixou servidores de outras áreas da Agência à margem do processo, ainda que as discussões encaminhadas afetem a atuação e existência do Órgão.

No final de 2020, uma ação promovida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra servidores da Agência falava sobre a paralisação de 782 projetos audiovisuais oriundos de editais dos anos de 2016, 2017 e 2018. Uma auditoria do TCU, que teve acórdão prolatado em agosto de 2021, também investigou a paralisação do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e constatou redução expressiva no número de seleções e contratações em 2019 e 2020. Essa mesma auditoria aponta que o represamento do fundo coincide com um momento crítico no que o Auditor Federal de Controle Externo do TCU, Thiago Cardoso Storch Secundo Lopes (CÂMARA, 2021b), chama de “descasamento” entre a disponibilidade orçamentária (empenho e restos a pagar cancelados) e execução financeira (despesas pagas + restos a pagar pagos = repasse aos agentes financeiros). Em termos menos técnicos, Thiago explica que historicamente o fundo libera editais com base na disponibilidade orçamentária e em um cenário contábil seguro essas chamadas deveriam ser pautadas na execução financeira do fundo, que é a representação efetiva da disponibilidade de caixa junto aos agentes financeiros.

A ANCINE controla uma receita anual de R\$1,4 bilhão e não liberou um único edital de produção até o dia 30 de dezembro de 2021. Após mais de dois anos do raptó da capacidade laborativa da Agência, promovido especialmente pelos sucessivos adiamentos da recomposição do quadro diretor, o panorama do mercado audiovisual revela a desmobilização dos atores do setor, o encerramento e endividamento de empresas e o desemprego. Somam-se aos ataques dissimulados pelo Governo as medidas legais oportunistas como a Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, que autorizou a utilização do superávit do FSA - e outros



RELICI

84

fundos - para o pagamento da dívida pública. Até a promulgação desta Emenda, as receitas do fundo eram vinculadas a ele, "o instituto da vinculação não pressupõe que a receita arrecadada deva ser gasta, mas sim que ao ser gasta, ela só o pode ser na finalidade a que está vinculada" (CAMARA, 2021b), como explicou o Auditor Federal de Controle Externo do TCU, Thiago Cardoso Storch Secundo Lopes, em Audiência Pública da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. Com o advento da EC em tela abrem-se precedentes para que as receitas represadas no fundo desde 2019, novamente, não contemplem o setor.

A CRISE DA CINEMATECA BRASILEIRA

A partir da formação do Primeiro Clube de Cinema de São Paulo, em 1940, e liderada por Paulo Emílio Sales Gomes (SOUZA, 2009, p. 52), se originou o que é hoje uma instituição única e crucial para a preservação, pesquisa e difusão de conteúdo informacional audiovisual e cinematográfico, os quais documentam a formação da identidade do Brasil. Resultante dos esforços de entusiastas, a Cinemateca Brasileira (CB) perpassou certas conjunturas institucionais e instalações até se tornar o maior acervo audiovisual da América do Sul. Atualmente é composto por cerca de 250 mil rolos de filmes e mais de um milhão de documentos relacionados ao cinema, como fotos, roteiros, cartazes, livros, entre outros. Em consonância com instabilidades presentes ao longo da história do cinema brasileiro no tocante à aplicação de políticas públicas de incentivo à cultura, a Cinemateca enfrenta no momento uma crise que se agrava desde 2013.

Como indica o cineasta e líder do movimento SOS Cinemateca, Roberto Gervitz⁶, os problemas na instituição despontaram quando salvaguardas estabelecidas em 1984, no acordo de transferência da Fundação Cinemateca

⁶ Na ocasião de um debate virtual realizado em 07 de julho de 2020 e disponibilizado no canal da Câmara dos Deputados no Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=ex_vL4D-aO8



RELICI

85

(privada) para o governo federal, passaram a ser desrespeitadas. Tais condições, determinadas nas circunstâncias da doação, visavam preservar sua autonomia por meio de um conselho consultivo composto por representantes dos governos federais, estaduais e municipais, por entidades cinematográficas, representantes da sociedade civil, entre outros. O conselho tinha como função definir a diretoria e indicar as políticas a serem seguidas pela CB, assegurando uma gestão compartilhada entre o poder público e a sociedade.

O desmantelamento teve início quando, em 2013, a então Ministra da Cultura Marta Suplicy exonerou o presidente da instituição, Carlos Wendel Magalhães, e ordenou o congelamento de repasses de recursos à Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC) (SOUSA, 2020). A entidade, que auxilia a CB desde 1962, geria a cinemateca em conjunto com o extinto Ministério da Cultura por meio de um termo de parceria firmado em 2008, durante a gestão de Juca Ferreira, que antecedeu Suplicy no cargo. A destituição intempestiva de Magalhães precedeu a intervenção que, segundo Maria Dora Mourão — professora da USP que presidia a SAC na época — tinha motivações puramente políticas (PRADO, 2020). O que a originou foi um relatório preliminar da Controladoria-Geral da União (CGU) que apontava possíveis irregularidades no uso do orçamento para projetos da SAC. A sociedade, segundo um dos relatórios da CGU, havia sido contratada pelo ministério sem consulta a outros interessados e, durante sua gestão, dispensava licitações para compra de materiais e contratação de serviços. Também questionava a associação por uma cobrança indevida de uma taxa pelas despesas da administração como forma de ser remunerada (cerca de 5,3% do orçamento).

Foi aberta então uma auditoria para investigar o convênio que movimentou R\$ 105 milhões entre a pasta e a entidade para a realização de planos de trabalho, responsáveis pelo apogeu da instituição. A SAC revelou encaminhar todas as prestações de contas à Secretaria do Audiovisual (SAV) — a quem competia o



RELICI

86

acompanhamento das informações, de acordo com a CGU — e que havia contratado uma auditoria própria para provar a lisura dos gastos. Quanto à investigação que envolvia a compra de materiais sem licitação, se referiam à obtenção dos acervos do Canal 100 (R\$ 6 milhões), de Glauber Rocha (R\$ 3 milhões), da Atlântida Cinematográfica (R\$ 3,5 milhões), da Cinematográfica Vera Cruz (R\$ 2,5 milhões) e o da atriz Norma Bengell (R\$ 585 mil) (PEREIRA, 2013). De acordo com Juca Ferreira, dada a excepcionalidade das obras e a importância delas para a história do audiovisual, não havia necessidade de uma licitação⁷.

Devido ao congelamento de repasses nessa crise político-administrativa, a diminuição de projetos e o fim dos planos de trabalho resultaram em seguidas reduções no quadro de funcionários e no esvaziamento do Conselho Consultivo da Cinemateca (SOUSA, 2020). As adversidades principiadas em 2013 se acentuaram quando ocorreu o quarto incêndio no acervo, desta vez na sede em Vila Clementino, bairro do município de São Paulo. Em 03 de fevereiro de 2016, foram destruídos 1.003 rolos de filmes em nitrato, referentes a 731 títulos. No mesmo ano, como Roberto Gervitz ressalta no debate supracitado, a instituição sofreu com sucessivos diretores sem preparo para exercer as funções, além de um corte total de recursos que prejudicou a manutenção de equipamentos e permanência de funcionários. A intervenção, que motivou o sufocamento de todas as atividades que envolviam a instituição, não apontou qualquer desvio financeiro. Por fim, a responsabilidade pela fiscalização de irregularidades na parceria recaiu sobre a SAV (PEREIRA, 2013). Novamente por uma medida emergencial, foi implementado um aditivo em contrato preexistente entre o Ministério da Educação (MEC) e a Associação de Comunicação

⁷ De acordo com o art. 24, inciso XV, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993: É dispensável a licitação para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.



RELICI

87

Educativa Roquette Pinto (Acerp), que administrava a TV Escola, para efetivação de um projeto de preservação do acervo audiovisual da CB.

É pertinente evidenciar que os diversos precedentes históricos de descaso, os quais refletem mais explicitamente na contagem de cinco incêndios ocorridos, desconsideram o caráter irreversível dos danos ao acervo. Débora Butruce, atual presidente da Associação Brasileira de Preservação Audiovisual (ABPA)⁸, destacou a imprescindibilidade da inspeção constante ao ressaltar que o abandono constitui risco à integridade de equipamentos, base de dados e edificação da instituição. A instabilidade energética e climática gera a possibilidade de deterioração das películas em acetato, de autocombustão das películas em nitrato, e assim, risco de incêndio. Além disso, mencionou que a falta de manutenção pode causar infiltrações e assim comprometer o complexo maquinário do laboratório de restauração.

O curta-metragem *Nitrato* (1974), do realizador Alain Fresnot, já colocava em pauta a contradição demonstrada pela displicência do poder público a despeito da riqueza do patrimônio, reconhecida internacionalmente. Em entrevista dada em 2020 às profissionais de preservação audiovisual Débora Butruce e Natália de Castro, Fresnot afirma:

Infelizmente a reflexão do Paulo Emílio quanto à indignação da elite brasileira em entender os problemas da cultura segue atual. Tivemos avanços, mas os “Contratos de Gestão”, as “O.S” são deformações para gestões públicas que desconfiam da capacidade de funcionários públicos realizarem corretamente suas funções. Essa mistificação de “economia criativa” faz com que a necessidade de gastos públicos em atividades estruturantes seja desprestigiada e vista como gasto e não investimento [...] (FRESNOT, 2020).

Apesar dessa perspectiva clara, cumpre-se um decurso alarmante no atual governo, motivado por uma resistência político-ideológica. Com a posse do presidente Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019, o Ministério da Cultura foi extinto e rebaixado a

⁸ Pela participação de uma Audiência Pública Extraordinária (virtual) que ocorreu no dia 12 de abril de 2021, dada a necessidade de se discutir os impasses recentes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q-kkgpalR1I>



RELICI

88

uma pasta do Ministério da Cidadania, posteriormente transferida para o Ministério do Turismo, onde se estabelece como Secretaria Especial da Cultura (Secult). Uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal contra a União por abandono administrativo da Cinemateca Brasileira — publicada em julho de 2020 e aceita pela Justiça Federal em maio de 2021 (TEÓFILO, 2021) — comprovou que a não renovação contratual com a Acerp foi uma decisão arbitrária e sem justificativa, juridicamente admissível. A contratação cabia à pasta da Educação, então comandada por Abraham Weintraub, a qual, ignorando recomendações de todos os órgãos técnicos da Administração Federal Direta que analisaram a questão durante as tratativas ao final de 2019, decidiu pelo encerramento do vínculo com a associação.

As orientações expressas pelos ministérios da Cidadania e da Economia, bem como pela SAV, visavam evitar justamente riscos jurídicos e institucionais que a falta de tempo hábil para formulação de um novo chamamento público causaria. Buscava-se a partir da prorrogação por um ano assegurar o monitoramento do acervo no período em que fosse elaborado um Contrato de Gestão para seleção de uma nova OS (BRASIL, 2020). Corroborava a denúncia de desvio de finalidade por razões ideológicas a declaração feita por Weintraub a respeito da programação exibida na TV Escola. O ex-ministro justificou a decisão pelo fim do convênio apontando-a como “de esquerda” e citou a exibição de um documentário sobre a ativista do movimento negro Rosa Parks como exemplo (SALDAÑA, 2019). Com o encerramento, a dotação orçamentária reservada à Cinemateca para 2020 não foi repassada à Acerp. A associação, no entanto, prosseguiu na gerência mesmo sem recursos e impediu a total desassistência do patrimônio ali custodiado.

Ao lado de necessidades básicas de manutenção do prédio, como fornecimento de energia e prestação de serviços de segurança, o pagamento retroativo e uma remuneração que garantisse a continuidade do trabalho efetuado pelo corpo técnico especializado foram sempre preocupações centrais. Entretanto, no



RELICI

89

debate realizado em 30/07/2020, o secretário executivo adjunto Higino Brito Vieira (MTur) e a secretária adjunta do Ministério da Cultura Andrea Paes Leme exibiram uma postura crítica à permanência dos funcionários, tratando-a como um erro contratual que seria analisado pela esfera administrativa para um possível reconhecimento de dívida pelos serviços prestados. Na ocasião, a secretária ainda rebateu a fala do cineasta Roberto Gervitz - presente como representante da SOS Cinemateca e outras entidades de apoio - que inferia a intenção da União em assumir a Cinemateca. Ela declara que após pequenos ajustes no edital de chamamento anterior, para adaptá-lo à realidade do momento, o documento deveria ser publicado dentro de 100 dias (até novembro do mesmo ano).

No entanto, o edital foi realmente divulgado apenas em 29 de julho de 2021, um ano após a fala de Andrea. Em contrapartida, sob comando do então recém-empossado e inexperiente Secretário Especial da Cultura Mario Frias, em 7 de agosto de 2020, uma comissão de servidores públicos federais se dirigiu à sede da instituição para efetivar a transição do comando para a União. Após três dias da troca, a Acerp dispensou mais de 40 funcionários sem o pagamento de cinco meses de salário e suas verbas rescisórias. A tomada das chaves — feita semanas após a ação movida pelo MPF contra o Poder Público por abandono — pretendia enfraquecer as diversas manifestações pela Cinemateca que irrompiam pelas redes sociais e, superando as dificuldades impostas pela pandemia de COVID-19, também presencialmente. Supostamente disposto a dar um fim à situação-limite que decorria, o secretário especial adjunto da Cultura Hélio Ferraz de Oliveira tomava frente na administração provisória da instituição e no diálogo com a sociedade e parlamentares.

O representante efetuou contratações julgadas como emergenciais pelos secretários: fornecimento de água e energia elétrica, manutenção predial, limpeza, brigadistas de incêndio e vigilância. Na audiência pública ocorrida em abril de 2021, já citada anteriormente, afirmou reconhecer a importância dos profissionais de



RELICI

90

preservação, mas recorreu à burocracia estatal para justificar a demora nas contratações. Por esforço da própria SAC, foi divulgado por Mário Frias que a organização deveria assumir um plano de trabalho em caráter excepcional e temporário, o qual permitiria o retorno de 40 técnicos às suas funções. O contrato provisório foi prometido para janeiro de 2021 e, mesmo após ação movida em maio por duas entidades da sociedade civil (MOURA, 2021), pressionando o Poder Público, não obteve qualquer efetivação. Na mesma audiência, Gervitz lamenta e questiona:

O contrato que deveria ser simplesmente ajustado e assinado já passou por sucessivas alterações, e a cada novo órgão governamental ou funcionário ao qual é encaminhado com a devida documentação, novas e questionáveis exigências são feitas. Eu pergunto: são meras exigências burocráticas ou, pelo contrário, pedidos que visam impedir que o processo flua e a cinemateca saia dessa situação?

Embora as promessas do Governo Federal em torno de um edital para seleção da nova OS se arrastassem desde o início de 2020, o processo só foi autorizado em 9 de junho de 2021. O chamamento finalmente seria lançado após um longo período em que a instituição foi mantida fechada e privada de seu funcionamento pleno — além da paralisação dos trabalhos de preservação e restauro, foram interrompidos o atendimento a pesquisadores, que impedia o trabalho de difusão, e o acesso cultural e turístico ao público. No entanto, toda a demora provocada pelas sucessivas prorrogações de prazos — passíveis de responsabilização judicial por crime de prevaricação — impossibilitou o monitoramento correto dos prédios e a negligência culminou no que foi amplamente designado como uma tragédia anunciada.

No dia 29 de julho, apenas um dia antes da publicação, um incêndio ocorrido na unidade da Vila Leopoldina provocou perdas que seguem sob contabilização de perícia. Assim como na fatalidade que atingiu a sede da CB em 2016, o galpão não possuía o Auto de Vistoria que certifica a regularidade do sistema de proteção e combate a incêndios em um edifício. Segundo a capitã do Corpo de Bombeiros, Karina



RELICI

Paula Moreira, o fogo iniciado durante o restauro do sistema de climatização — desacompanhado de qualquer técnico de preservação — atingiu uma sala do prédio que abrigava filmes dos anos 1920 a 1940, além de arquivos históricos impressos (ACAYABA e LOBEL, 2021). Podem ter sido perdidos documentos de órgãos extintos como a Empresa Brasileira de Filmes S.A (Embrafilme), o Conselho Nacional de Cinema (Concine) e o Instituto Nacional do Cinema (INC), todos de fundamental importância para a pesquisa na área.

Apesar de sinalizar um alívio para os que se preocupam com a crise que atinge a instituição, a seleção por edital da SAC como nova OS, responsável pela administração da Cinemateca nos próximos cinco anos, não assegura seu funcionamento ideal ou o fim das instabilidades. Ainda que a Sociedade Amigos da Cinemateca seja uma entidade habilitada — o que se confirma pela pontuação máxima conseguida no chamamento e todo seu histórico de apoio à CB —, as incertezas residem nos próprios requisitos elaborados para o projeto de gestão e nas projeções de repasse. Enquanto o estudo de publicização realizado em 2020 pelo MTur prevê uma despesa de R\$ 22,5 milhões em 2022, o repasse para a SAC no mesmo ano será de R\$ 14 milhões (GERVITZ, 2021). Ainda, como parte do plano de captação e geração de receitas exigido pelo edital, a Cinemateca deverá produzir uma complementação orçamentária de no mínimo 40% (R\$ 5,6 milhões) da verba aportada. A lógica monetarista sob a qual o edital foi estabelecido ignora suas atividades finalísticas e impõe uma captação de receita incompatível com o potencial máximo estimado pelo próprio ministério: uma OS é capaz de gerar de 5% a 20% do valor aportado, o que corresponderia à produção limite de R\$ 2,8 milhões.

O cenário visto constantemente é o de discursos do atual governo em que este se exime de qualquer responsabilidade sobre a asfixia forçada na instituição. Ora culpam-se processos burocráticos, ora governos passados para justificar a paralisia estratégica imposta por uma gestão política que não se interessa em resguardar o



RELICI

92

trabalho empreendido na CB ou respeitar suas condições de autonomia administrativa. Em maio de 2020, após Regina Duarte ser exonerada do posto de secretária especial de Cultura, Jair Bolsonaro chegou a convidá-la para "fazer cinemateca" (SOUSA, 2020). A indicação da atriz para um cargo de direção inexistente não só demonstra desconhecimento sobre a esfera cultural como também revela a desvalorização intelectual admitida para a função.

Enquanto não era firmado o contrato de cinco anos com a nova OS, um arranjo emergencial com a própria SAC foi assinado, este com a duração de três meses. A partir de 18 de novembro de 2021, Maria Dora Mourão conduz um trabalho de reabertura parcial das atividades da CB, preliminarmente focado na inspeção da sua infraestrutura. Após um ano e três meses da instituição paralisada, o Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca (BCC) volta a estar disponível com textos e produções audiovisuais, havendo ainda a previsão de retomar a digitalização e difusão do acervo (ALVES, 2021). O que estudiosos do setor audiovisual como Carlos Augusto Calil ponderam é que a crise só poderá cessar quando forem retomados um modelo de gestão com governança compartilhada entre o poder público e a sociedade civil, um Conselho Consultivo e o vínculo institucional como órgão de defesa do patrimônio e da memória (PRADO, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As implicações do projeto político adotado na gestão de Bolsonaro são projetadas sobre todos os campos da sociedade. Os ministérios são acometidos pelos retrocessos do seu anticientificismo enquanto o capital é valorizado com suas movimentações fundamentadas em princípios ultraliberais. A interferência dessa operação trágica na cultura revela-se ainda mais preocupante na medida em que é compreendido o papel das expressões artísticas como documentação histórica. Por essa perspectiva, a interrupção do funcionamento de seus órgãos e o projeto de



RELICI

93

desmonte deles comprometem também a percepção do povo acerca da memória do Brasil.

Entre as diversas instituições públicas atingidas está ainda a Fundação Cultural Palmares (FCP), fundada pelo Governo Federal em 1988 para a promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Em agosto de 2021, o Ministério Público do Trabalho pediu o afastamento de Sérgio Camargo, nomeado por Roberto Alvim para presidir a fundação. O pedido se deve a denúncias de assédio moral, perseguição ideológica e discriminação contra funcionários da instituição. Ao ser acusado de associar cabelos crespos à “mandragem”, Camargo declarou considerar ridículo ter orgulho dessa característica, além de julgar vitimista o movimento negro no Brasil (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

Simultaneamente, a Fundação Nacional de Artes (Funarte)⁹, também foi afetada com a alta rotatividade de presidentes sem experiência com a administração do setor cultural. A pasta foi presidida por seis titulares desde o início de 2019, com nomes como o do maestro Dante Mantovani e do coronel da reserva do Exército, Lamartine Barbosa Holanda (WILLMERSDORF e FERREIRA, 2021). A última substituição nomeou Tamoio Athayde Marcondes, que atuava como assessor técnico da vice-presidência e possui formação em Direito.

As instabilidades, todavia, não se restringem à gerência da Funarte. Em agosto de 2021, o prédio que abriga materiais do Centro de Documentação e Pesquisa (Cedoc), que integra o acervo da fundação, foi interditado devido a condições estruturais que apresentam risco a funcionários e aos bens ali sediados (SZPACENKOPF, 2021). Segundo a presidente da Associação de Servidores da

⁹ Órgão estratégico responsável por promover e difundir expressões artísticas como teatro, música e artes visuais. Também exerce atividades de preservação da memória das artes e pesquisa na esfera artística.



RELICI

94

Funarte (Asserte), Maria Emília Nascimento, a situação é reflexo do orçamento limitado destinado à fundação. Entre os órgãos atingidos com a redução significativa do orçamento federal para a Cultura, a Funarte sofreu a maior perda em proporção: uma queda de R\$ 78,3 milhões em 2011 para R\$ 18,7 milhões em 2021 (redução de 76%). O relatório do Siga Brasil também descreve os cortes orçamentários no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), na Fundação Palmares, na Biblioteca Nacional e na ANCINE (ANTUNES, 2021).

Enquanto Bolsonaro caminha para o último ano de seu mandato, deixa como uma marca de seu governo o sucateamento de órgãos importantes para a manutenção de uma cultura e uma história do cinema e do audiovisual brasileiros. Tal período pode ser compreendido como mais um episódio no qual o poder oficial negligenciou a importância da atividade cinematográfica como instrumento de formação social, identidade nacional e atividade econômica. Será necessário ainda mensurar os impactos que tais medidas causarão em um espaço de tempo de curto e médio prazo na vida do povo brasileiro. Fez-se necessário detalhar a sucessão de medidas que foram colocadas em prática nos últimos três anos para dismantlar a atividade cinematográfica no Brasil e sua memória – tarefa que esse artigo se propôs a fazer contemplando boa parte da administração Bolsonaro a partir de três objetos/instituições de referência. Entende-se, contudo, que este trabalho é um resultado parcial e que será fundamental deter as atenções para os desdobramentos do próximo ano e mapeá-los.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, Cíntia; LOBEL, Fabrício. MPF alertou governo federal para risco de incêndio na Cinemateca em audiência em 20 de julho; ação por abandono está suspensa. **G1 SP**, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/29/mpf-alertou-governo-federal-para-risco-de-incendio-na->



RELICI

95

[cinemateca-em-audiencia-em-20-de-julho-acao-por-abandono-esta-suspensa.ghtml](#). Acesso em: 13.12.2021.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, pp. 185-213, Jan./Abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>. Acesso em 13.12.2021.

ALVES, Juliana. Cinemateca Brasileira retorna às atividades. **Jornal da USP**. São Paulo, 02 dez. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/cinemateca-brasileira-retorna-as-atividades/>. Acesso em: 13.12.2021.

ANTUNES, Leda. Com acervo sob risco, Funarte enfrenta corte de mais de R\$ 100 milhões no orçamento em uma década. **O globo**. Rio de Janeiro, 05 set. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/com-acervo-sob-risco-funarte-enfrenta-corte-de-mais-de-100-milhoes-no-orcamento-em-uma-decada-25183619>. Acesso em: 13.12.2021.

ARAGÃO, Helena. Sob pressão: A cultura com taquicardia. **O globo**, Rio de Janeiro, 21 dez. 2019. Segundo caderno.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Bfwfs35RRvrQbKwTX9DhnNc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13.12.2021.

BERGAMO, Mônica. Governo Bolsonaro ignora alerta sobre risco de incêndio e desabamento em centro audiovisual. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 03 out. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/10/governo-bolsonaro-ignora-alerta-sobre-risco-de-incendio-e-desabamento-em-centro-audiovisual.shtml>. Acesso em: 24.10.2021.

BOLSONARO reclama da dificuldade em adotar modelo educacional de Hitler no Brasil. **Catraca livre**, 22 nov. 2021. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-reclama-dificil-adotar-modelo-educacional-hitler-brasil/>. Acesso em: 13.12.2021.

BRANT, Danielle; URIBE, Gustavo. Bolsonaro quer fechar a Ancine se não houver



RELICI

96

filtros. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 20 de jul. de 2019. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=48819&keyword=Ancine&anchor=6124497&origem=busca&originURL=&pd=8ae7368b42a21e4d798b3a5a69ae9833>. Acesso em 28.10.2021.

BRASIL. Ação Civil Pública n. 1.34.001.004003/2020-21 de 15/07/2020. **Proposta pelo MPF contra a União**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/docs/acp-cinemateca>. Acesso em: 13.12.2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc109.htm. Acesso em: 28.10.2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001**. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2228-1.htm. Acesso em: 28.10.2021

BRASIL. Ministério do Turismo. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 211, de 10 de maio de 2021**. Brasília, 2021.

BRASIL. Planalto. Biografia do presidente. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/biografia-do-presidente>. Acesso em: 13.12.2021.

CÂMARA dos Deputados. Comissão de Cultura - Ancine: políticas de apoio à produção audiovisual - 05/04/2021. Youtube, 05 abr. de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xYwRV5C_8Pg&t=1434s, Acesso em: 28.10.2021a.

CÂMARA dos Deputados. Comissão de Cultura - Debate sobre os resultados da auditoria ao Fundo Setorial do Audiovisual – 22/10/21. Youtube, 22 de out. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VpclLYldTRY&list=PLitz1J-q25kN4Lj8cscTMMnYG3O-LRfH-&index=4>. Acesso em: 28.10.2021b.

CAMPOREZ, Patrick. Mario Frias contrata sem licitação por R\$ 3,6 milhões empresa sem funcionários e com sede em caixa postal. **O globo**. Rio de Janeiro, 03 dez. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/mario-frias-contrata-sem-licitacao-por-36-milhoes-empresa-sem-funcionarios-com-sede-em-caixa-postal-25304807>. Acesso em 12.12.2021.



RELICI

97

CENTRO TÉCNICO AUDIOVISUAL. **CTAv**, c2021. Histórico do Centro Técnico Audiovisual. Disponível em: <http://ctav.gov.br/institucional/historico/>. Acesso em 24.10.2021.

CUNHA, Gustavo. Prédio no Rio que acolhe relíquias do cinema nacional tem até rato caindo do teto. **O globo**. Rio de Janeiro, 05 out. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/predio-no-rio-que-acolhe-reliquias-do-cinema-nacional-tem-ate-rato-caindo-do-teto-25223839>. Acesso em 24.10.2021.

EM vídeo, Alvim copia Goebbels e provoca onda de repúdio nas redes sociais. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 17 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/01/em-video-alvim-cita-goebbels-e-provoca-onda-de-repudio-nas-redes-sociais.shtml>. Acesso em: 13.12.2021

FRESNOT, Alain. Alain fresnot sobre nitrato (1974). [Entrevista concedida a] Débora Butruce e Natália de Castro. **CineLimite**, 20 out. 2020. Disponível em: <https://www.cinelimite.com/post/entrevista-com-alain-fresnot-sobre-nitrato-1974>. Acesso em: 13.12.2021.

GERVITZ, Roberto. O fascínio do fracasso. **O globo**. Rio de Janeiro, 06 ago. 2021. Segundo caderno, p. 2.

JUSTIÇA anula nomeação de dentista para a direção do Centro Técnico Audiovisual (CTAv). **O globo**. Rio de Janeiro, 29 out. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/justica-anula-nomeacao-de-dentista-para-direcao-do-centro-tecnico-audiovisual-ctav-1-24719995>. Acesso em 24.10.2021.

MOURA, Eduardo. Justiça obriga governo a provar que não mantém Cinemateca moribunda. **Folha de S. Paulo**, 12 mai. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/05/justica-obriga-governo-a-provar-que-nao-mantem-cinemateca-moribunda.shtml>. Acesso em: 13.12.2021.

OLIVEIRA, Marina. Senado aprova indicados de Bolsonaro para diretoria da ANCINE. **Congresso em foco**. Brasília, 09 de jul. de 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/senado-aprova-indicados-de-bolsonaro-para-diretoria-da-ancine/>. Acesso em: 26.10.2021.

PEREIRA, Rodrigo. A cinematográfica crise da Cinemateca Brasileira. **ÉPOCA**, São Paulo, 09 ago. 2013. Disponível em:



RELICI

98

<https://epoca.oglobo.globo.com/regional/sp/cultura/noticia/2013/08/cinematografica-bcriseb-da-cinemateca-brasileira.html>. Acesso em: 13.12.2021.

PRADO, Luiz. Cinemateca precisa ter autonomia política e ser gerida por técnicos. **Jornal da USP**, São Paulo, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/cinemateca-precisa-ter-autonomia-politica-e-ser-gerida-por-tecnicos/>. Acesso em: 13.12.2021.

PRESIDENTE da Fundação Palmares tem afastamento pedido por assédio moral. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 29 ago. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/08/ministerio-publico-do-trabalho-pede-afastamento-de-sergio-camargo-da-fundacao-palmares.shtml>. Acesso em: 13.12.2021.

SALDAÑA, Paulo. Ministro despeja TV Escola e encerra contrato com associação, após polêmica com Olavo. **Folha de S. Paulo**, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/ministro-despeja-tv-escola-do-mec-e-encerra-contrato-com-associacao-roquette-pinto.shtml>. Acesso em: 13.12.2021.

SALDAÑA, Paulo. Motores de Bolsonaro, Escola sem Partido e ideologia de gênero têm raízes religiosas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 23 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/10/motores-de-bolsonaro-escola-sem-partido-e-ideologia-de-genero-tem-raizes-religiosas.shtml>. Acesso em 13.12.2021.

SETOR audiovisual critica nomeação de amiga de Frias. **O globo**, Rio de Janeiro, 22 set. 2020b. Segundo caderno, p. 4.

SOUSA, Ana Paula. O signo do caos: como a Cinemateca Brasileira virou um cavalo de batalha do governo Bolsonaro. **Revista Piauí**, Edição 169, out 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-signo-do-caos/>. Acesso em: 13.12.2021.

SOUZA, Carlos Roberto Rodrigues de. **A cinemateca brasileira e a preservação de filmes no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi: 10.11606/T.27.2009.tde-26102010-104955. Acesso em: 2021.05.20.

SZPACENKOPF, Marta. Após interdição de prédio, coordenadora do acervo da Funarte é exonerada. **O globo**. Rio de Janeiro, 21 ago. 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/apos-interdicao-de-predio-coordenadora-do-acervo-da-funarte-e-exonerada.html>. Acesso em: 13.12.2021.



RELICI

99

TEÓFILO, Sarah. Ministério Público mostra omissão do governo na Cinemateca. **Correio Braziliense**. Brasília, 01 ago. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/08/4941057-ministerio-publico-mostra-omissao-do-governo-na-cinemateca.html>. Acesso em: 13.12.2021.

THE global state of democracy. Democracy health check: An overview of global trends. **IDEA - International Institute for Democracy and Electoral Assistance**, 22 nov. 2021 p. 15-25. Disponível em: <https://www.idea.int/publications/catalogue/global-state-democracy-2021>. Acesso em: 13.12.2021.

WILLMERSDORF, Pedro; FERREIRA, Ricardo. Governo demite quinto presidente da Funarte. **O globo**. Rio de Janeiro, 02 abr. 2021. Segundo caderno, p. 2.